



Número: **0801890-27.2020.8.15.0751**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Bayeux**

Última distribuição : **26/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
E. V. M. D. O. (AUTOR)		JOSICLEIDE DA SILVA VICENTE (ADVOGADO)	
RENATA CEZAR DE MELO (REPRESENTANTE)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33620190	26/08/2020 11:27	Petição Inicial	Petição Inicial
33620191	26/08/2020 11:27	PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos
33620194	26/08/2020 11:27	PROCURAÇÃO	Procuração
33620197	26/08/2020 11:27	DOCUMENTOS ELLENA VITÓRIA	Outros Documentos
33621250	26/08/2020 11:27	DOCUMENTOS REPRESENTANTE	Outros Documentos
33621252	26/08/2020 11:27	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
33621270	26/08/2020 11:27	CERTIDÃO DE ÓBITO E LAUDO DO IML	Outros Documentos
33621290	26/08/2020 11:30	Outros Documentos	Outros Documentos
33621293	26/08/2020 11:30	GuiaCustas	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
33642463	27/08/2020 09:51	Despacho	Despacho
33742700	28/08/2020 20:55	Certidão: Citação Eletrônica	Certidão

anexo





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE BAYEUX - PB**

ELLENA VITÓRIA MELO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, menor de idade, portadora do inscrita no CPF sob nº 172.425.524-00, neste representada por sua genitora RENATA CÉZAR DE MELO, brasileira, solteira, doméstica, inscrita no CPF spb nº 112.143.624-27, na cédula de identidade nº 3.983.780, ambas residentes e domiciliadas na Rua Projetada, sn, Mario Andreaza, Bayeux/PB, vem por suas advogadas e procuradoras constituídas nos termos do instrumento de mandato em anexo e *in fine* assinado, com escritório profissional localizado na rua: Senador Jose Américo, 48, centro, Santa Rita- PB, **onde deverão ser enviadas as comunicações processuais pertinentes**, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no Art. 319 do CPC e na Lei 6.194/74, ingressar com a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO
(DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrito no CNPJ 09.248.608/0001-04, Rua Senador Dantas n. 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ, CEP 200312-05, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir expostas:



DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Requer a Autora o benefício da gratuidade de justiça, nos termos da Legislação Pátria, inclusive para efeito de possível recurso, tendo em vista estar impossibilitado de arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família. A Carta Magna em seu art. 5º, inciso LXXIV, estabelece o seguinte: *“O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”*. Neste mesmo sentido caminha a Lei nº 1.060/50 em seu art.4º, in verbis:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Desta feita, requer a Demandante o deferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita, pois como atesta, não ter condições de arcar com as custas e despesas processuais sem o comprometimento do sustento próprio e de sua família.

DOS FATOS

Em 03/07/2020, por volta das 17h, na Rua Marechal Rondon, Rio do Meio, nesta cidade o autor pilotava a moto Honda FAN, de cor preta, modelo e ano 2008, veículo de sua propriedade, mas registrada no nome do irmão, pois comprou dele e não passou para o seu, foi vítima de acidente ao colidir numa “mureta”, encaminhado diretamente para o IML – Instituto Médico Legal, tendo em vista que faleceu no momento da colisão, anexo segue os documentos comprobatórios.

Portanto, o Promovente munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico e não apresentando mobilidade na área afetada até a presente data, vem requerer de direito a indenização referente ao seguro DPVAT.

DO DIREITO

DA AUSÊNCIA DE NECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO– JURISPRUDÊNCIA.



A Lei nº 6.194/74 que regula o instituto em análise, não estabelece em seu conteúdo normativo a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o percebimento do seguro, assim como **não** exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte dos Consórcios do Seguro DPVAT, para tal fim.

Entretanto, esclarecemos a este Nobre Julgador que, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, tem entendido que para a indenização de acidentes de trânsito, o ingresso em juízo para pleitear tal direito, não necessita de requerimento administrativo, nem tão pouco, o esgotamento de pagamento via administrativa. Senão, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - 2ª Apelação cível - Ação de cobrança de seguro DPVAT - Procedência parcial na origem - Prévio requerimento administrativo - Regramento da matéria contido no
RE nº
631.240/MG - Matéria com repercussão geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal - Falta de interesse de agir - Impossibilidade de extinção do feito - Contestação apresentada - Pretensão resistida - Interesse processual evidenciado - Inépcia da inicial por falta de documentos imprescindíveis - Certidão de óbito anexada - Desprovimento. - **A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da seguradora for notório e reiteradamente contrário à postulação do promovente, como no caso em que já tenha apresentado contestação contra o direito pleiteado, estando caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão. - Mostra-se suficiente o conjunto probatório presente nos autos para comprovar a existência de objeto ensejador da indenização do seguro obrigatório de DPVAT.**
PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - 1ª Apelação cível - Ação de cobrança de seguro DPVAT - Procedência parcial na origem - Sentença que excluiu um dos autores do recebimento da indenização do seguro DPVAT por morte de genitor - Ação paralela de reconhecimento de paternidade - Juntada de certidão de nascimento - Comprovação da legitimidade ativa.
(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº
00024152820148150371, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS, j. em 08-05-2018) – Destacamos.

É de ressaltar, que, a exigência de esgotamento da via administrativa implica em violação ao artigo 5º, inc. XXXV, da Constituição Federal, que dispõe: ***“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.***

Neste viés, fica claro que a desnecessidade do requerimento administrativo e da negativa do pagamento da indenização por parte da Requerida para a possibilidade de ajuizamento da demanda na esfera judicial, motivo pelo qual, verifica-se que, diante da lesão ocasionada no trânsito, deverá a



Promovida ser condenada ao pagamento de indenização, como sendo medida de inteira JUSTIÇA!

DA LEGITIMIDADE ATIVA

O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

A redação atual do artigo 4º da Lei nº 6.194/74, após modificação provocada pela Lei nº 11.482/2007 que regula o seguro obrigatório aduz que:

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente a vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

No caso em análise, é direito do Promovente, vítima do acidente, receber uma indenização por danos pessoais ante ao seu grave estado de saúde, ou melhor, devido aos danos que lhe foram causados pelo acidente sofrido.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA

O art. 7º da Lei nº 6.194/74, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

Nesse sentido também dispõe a Resolução do CNSP nº 154/2006:

Art. 5º (...)

§6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas.

§7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seus respectivos líderes.

Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.



DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

O Art. 5º da Lei 6.194/74 relata que o pagamento da indenização referente ao seguro obrigatório será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

Art. 5º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

Art. 7º- A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do Seguro Obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas, diferentemente do que exige a demandada em suas respostas administrativas. Isto posto, é forçoso concluir que independe do pagamento do prêmio do seguro obrigatório

A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

Sendo assim, é incontroversa a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

De tal forma que segue **anexo** à presente ação todos documentos do DPVAT, a certidão de óbito e laudo, além de todo prontuário médico hospitalar afirmando inequivocamente as lesões sofridas pelo Promovente em face do acidente automobilístico que ocasionou danos pessoais ao Promovente

DO VALOR DA INDENIZAÇÃO



A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõem que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (...)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Diante do exposto, requer que a parte Promovida seja condenada por Vossa Excelência, a pagar uma indenização ao Promovente no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devido a lesão ter deixado sequelas no Promovente, sem previsão de encerramento do tratamento, de acordo com o Art. 3º, II, da Lei 6.194/74.

DOS PEDIDOS

Diante do que foi exposto, requer o Promovente, que Vossa Excelência se digne em:

- a) a concessão da Assistência Gratuita nos termos dos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil em vigência;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo responder a presente demanda, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes dos fatos alegados na inicial, bem como, **de acordo com o artigo 319, in c. VII, do Novo Código de Processo Civil, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação;**
- c) Julgar a presente demanda procedente em sua totalidade, condenando a Empresa Ré ao pagamento de indenização ao Promovente no valor **R\$ 13.500,00 (treze**



mil e quinhentos reais) em virtude do falecimento do GENITOR da Autora, acrescido de juros de mora e correção monetária, desde a data do fato ocorrido, ou seja, no dia 25 do mês de fevereiro o ano de 2018, conforme aduz as Súmulas nº 43 e 54 do Superior Tribunal de Justiça;

- d) A condenação da Empresa Promovida ao pagamento das custas processuais e horários sucumbenciais de acordo com o artigo 85 do Novo Código de Processo Civil;

A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e pericial, depoimento da parte Promovida, oitivas de testemunhas e perícia, se, porventura, for este o entendimento de Vossa Excelência.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nesses termos,
Pede deferimento

Santa Rita/PB, 26 de agosto de 2020.

JOSICLEIDE VICENTE
OAB/PB 21.612

MICKAELLER K S PEREIRA
OAB/PB 25.926





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ELIANA VITÓRIA MELLO DE OLIVEIRA, brasileira, menor de idade, CPF nº 172.425.524-00, representada por sua genitora BERNATA ROZARI DE MELLO, brasileira, solteira, doméstica, CPF nº 312.143.624-27, identidade nº 9.482.780, residentes em Rua Joo de Souza Vazquez, 895, Alto da Boa Vista, Recife/PE

OUTORGADO: JOSICLEIDE DA SILVA VICENTE, Advogada, inscrita na OAB/PB 21.008, MICKAELLER KAREN DA SILVA PEREIRA, Advogada, inscrita na OAB/PB 25.926, com endereço profissional na Rua Senador José Américo, 211, Centro, Santa Rita/PB, Contatos: (83) 98733-4301.

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula ad juditia et extra, para o foro em geral, especialmente para, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato. ACORDANDO O VALOR DE 30% DE HONORÁRIOS.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber FGTS, RPV, ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

DECLARA, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo 4º da lei nº. 1060/50, que é juridicamente pobre, eis que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da justiça, especialmente das custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família; cliente de que pela falsa declaração de pobreza o declarante responde civil, penal e administrativamente, de conformidade com a legislação vigente.

Local e data: Santa Rita/PB, 14 de julho de 2020

Bernata Rozari de Mello

OUTORGANTE:

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: JOSICLEIDE DA SILVA VICENTE - 26/08/2020 11:26:39

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082611263910000000032172053>

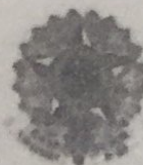
Número do documento: 20082611263910000000032172053

Num. 33620194 - Pág. 1



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número

172.425.524-00

Nome

ELLENA VITORIA MELO DE OLIVEIRA

Nascimento

23/06/2017

Digitalizada com CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Certidão de Nascimento

NOME:
ELLENA VITÓRIA MELO DE OLIVEIRA

MATRÍCULA:
068742 01 55 2017 1 00125 135 0065905 44

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) Vinte e três de junho de dois mil e dezessete.			DIA 23	MÊS 06	ANO 2017
HORA DE NASCIMENTO 10h15min	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Bayeux - PB				
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Bayeux - Estado da Paraíba	LOCAL DE NASCIMENTO no Hospital Materno Infantil João Marsicano, à Rua Flavio Maroja, nº 44 - Centro, Bayeux - PB			SEXO Feminino	
RELACÃO JOSÉ CÁSSIO ALVES DE OLIVEIRA, natural de Bayeux - PB e RENATA CÉZAR DE MELO, natural de João Pessoa - PB					
AVÓS: ADEMILSON PEDRO DE OLIVEIRA e INÁCIA FELINTO ALVES (paternos) e JOSÉ GERALDO MOURA DE MELO e GLAUCEMAR DE FRANÇA CÉZAR (maternos)					
GÊNERO Não		NOME E MATRÍCULA DOS GÊNEROS Nada consta.			
DATA DE REGISTRO (POR EXTENSO) Vinte e seis de junho de dois mil e dezessete.			NÚMERO DA DNV 30-71940454-3		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Ato registrado no livro A-125, às folhas 135 sob o nº 65905. Não constam averbações à margem do termo.					

Nome do Ofício
1º Serviço Registral Glória de Araújo Silva
Oficial Registrador
Ana Virginia de Araújo Silva
Município (UF)
Bayeux - PB
Endereço
Av. Liberdade, 4135 - Centro
CEP: 58.306-001
Tel.: 83-3232-1951
E-mail: cartorioctvibaueux@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Bayeux, 26 de junho de 2017.

Ana Virginia de Araújo Silva
Oficial do Registro Civil

Selo digital ACU1A082-D9QX
Consulte a autenticidade em
<https://selodigital.tjpb.jus.br/>

forpen

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO ANULA ESTE DOCUMENTO

Nº 404996 B

Digitalizada com CamScanner





Digitalizada com CamScanner



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	3.982.780	DATA DE EXPEDIÇÃO	02/08/2011
NOME	RENATA CÉZAR DE MELO		
FILIAÇÃO	JOSÉ GERALDO MOURA DE MELO GLAUCEMAR DE FRANÇA CÉZAR		
NATURALIDADE	JOÃO PESSOA-PB	DATA DE NASCIMENTO	30/08/1998
DOC ORIGEM	NASC.N.7162 FLS.292 LIV.A-07 MUNICÍPIO BAYEUX-PB 12.143.624-27		
ASSINATURA DO DIRETOR		<i>[Assinatura]</i>	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Digitalizada com CamScanner

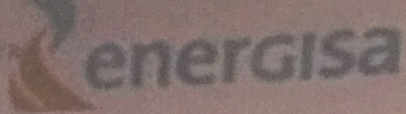





JOSICLEIDE ALVES DOS SANTOS
 RUA JOSE CARLOS, 100 - CASA 14 - ALTO DA VISTA
 CEP: 13060-000 (1)



407 203 364-83

127E VOLTAGE BARRA TENSÃO/Barra BT
 NTC BT / Substância RESIDENCIAL
 127E BT - 2000 NP Medidor: 00000484573




UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
5/700037-5

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00007000375

VALOR DA FATURA R\$ 24,38	 VENCIMENTO 18/06/2020
REFERÊNCIA Jun / 2020	 CONSUMO 28kWh
SITUAÇÃO DE DÉBITO	

1.00 kWh
 MENSALIDADE
 LETURA
 CONFIRMADA

Digitalizada com CamScanner



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Eliana Vitória Melo de Oliveira
RG nº _____, _____ / _____, CPF nº 172.425.529-00
venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço
em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito
seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua / Avenida / Praça)	<u>Rua João de Souza Vasconcelos</u>
Número	<u>895</u>
Apto. / Complemento	<u>casa</u>
Bairro	<u>Alto da Boa Vista</u>
Cidade	<u>Bayeux</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	
Telefone de Contato	<u>(83) 98806-5452</u>

Por ser verdade, firmo-me, sob as penas da lei.

Local e data: Santa Rita/PB, 14 de julho de 2020

Assinatura do Declarante: Renata Regina de Melo

Digitalizada com CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Óbito

NOME:
José Cássio Alves de Oliveira

CPF: **089.530.754-59**

MATRÍCULA:
0688330155 2020 4 00056 056 0032971 91

SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 31 anos
NATALIDADE Bayeux-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG: 3227113; Órgão: SSP; UF: PB; Data emissão: 28/02/2012
		ELEITOR NÃO INFORMADO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Ademilson Pedro de Oliveira e Inácia Felinto Alves. Resida na(o) rua José Joaquim de Melo, 509, Alto da Boa Vista, no município de Bayeux-PB

DATA E HORA DE FALECIMENTO
três de julho de dois mil vinte - 17:00

LOCAL DO FALECIMENTO
Via Pública, na Av. Marechal Rondon, Rio do Meio no município de Bayeux-PB

CAUSA DA MORTE
politraumatismo

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO Cemitério Público Senhor da Boa Morte no município de Bayeux-PB	DECLARANTE Allisson Alves de Oliveira, padrinho, CPF nº 063.899.314-84, RG nº 3167594 SSP-PB, residente e domiciliado: rua José Joaquim de Melo, 509, Alto da Boa Vista, Bayeux-PB
---	---

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO
Sarah Vinagre Tietze, CRM 6689

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
2ª VIA. Registro lavrado em 06/07/2020, no Livro C-00056, Nº 32971, folha 56. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 296737380. O falecido era mecânico, deixou 01 filha menor de idade, não deixou bens e era eleitor.



2º SERVIÇO REGISTRAL VIEIRA DE MELLO
Thadeu Goes Vieira de Mello
João Pessoa-PB
Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 1133, Ed. Eldorado, sala 02, Bairro dos Estados João Pessoa-PB - CEP 58030001 Fone: (083) 3042-6044

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
João Pessoa-PB, 31 de julho de 2020.

Ana Cristina Pires Vieira de Mello
Belª Ana Cristina Pires Vieira de Mello
Oficial Substituta

Selo Digital: **AKF96133-0IKD**

Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>
Documento e taxas: R\$ 21,82



Digitalizada com CamScanner



República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
27.000 - CARTÃO DO NOTÍCIO Nº 304

Declaração de Óbito **29673738-0**

1. Nome do falecido: JOSE DA SILVA 2. Data do óbito: 26/08/2020 3. Local do óbito: Residência

4. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 5. Data do nascimento: 26/08/1959 6. Sexo: Masculino

7. Estado civil: Casado 8. Profissão: Trabalhador 9. Grau de escolaridade: Ensino fundamental

10. Causa da morte: Doença cardíaca 11. Tipo de morte: Natural

12. Local de sepultamento: CEP 13. Data de sepultamento: 26/08/2020

14. Nome do médico: Dr. JOSE DA SILVA 15. Data de assinatura: 26/08/2020

16. Assinatura do médico: [Assinatura]

17. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 18. Data de assinatura: 26/08/2020

19. Assinatura do declarante: [Assinatura]

20. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 21. Data de assinatura: 26/08/2020

22. Assinatura do declarante: [Assinatura]

23. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 24. Data de assinatura: 26/08/2020

25. Assinatura do declarante: [Assinatura]

26. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 27. Data de assinatura: 26/08/2020

28. Assinatura do declarante: [Assinatura]

29. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 30. Data de assinatura: 26/08/2020

31. Assinatura do declarante: [Assinatura]

32. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 33. Data de assinatura: 26/08/2020

34. Assinatura do declarante: [Assinatura]

35. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 36. Data de assinatura: 26/08/2020

37. Assinatura do declarante: [Assinatura]

38. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 39. Data de assinatura: 26/08/2020

40. Assinatura do declarante: [Assinatura]

41. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 42. Data de assinatura: 26/08/2020

43. Assinatura do declarante: [Assinatura]

44. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 45. Data de assinatura: 26/08/2020

46. Assinatura do declarante: [Assinatura]

47. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 48. Data de assinatura: 26/08/2020

49. Assinatura do declarante: [Assinatura]

50. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 51. Data de assinatura: 26/08/2020

52. Assinatura do declarante: [Assinatura]

53. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 54. Data de assinatura: 26/08/2020

55. Assinatura do declarante: [Assinatura]

56. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 57. Data de assinatura: 26/08/2020

58. Assinatura do declarante: [Assinatura]

59. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 60. Data de assinatura: 26/08/2020

61. Assinatura do declarante: [Assinatura]

62. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 63. Data de assinatura: 26/08/2020

64. Assinatura do declarante: [Assinatura]

65. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 66. Data de assinatura: 26/08/2020

67. Assinatura do declarante: [Assinatura]

68. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 69. Data de assinatura: 26/08/2020

70. Assinatura do declarante: [Assinatura]

71. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 72. Data de assinatura: 26/08/2020

73. Assinatura do declarante: [Assinatura]

74. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 75. Data de assinatura: 26/08/2020

76. Assinatura do declarante: [Assinatura]

77. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 78. Data de assinatura: 26/08/2020

79. Assinatura do declarante: [Assinatura]

80. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 81. Data de assinatura: 26/08/2020

82. Assinatura do declarante: [Assinatura]

83. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 84. Data de assinatura: 26/08/2020

85. Assinatura do declarante: [Assinatura]

86. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 87. Data de assinatura: 26/08/2020

88. Assinatura do declarante: [Assinatura]

89. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 90. Data de assinatura: 26/08/2020

91. Assinatura do declarante: [Assinatura]

92. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 93. Data de assinatura: 26/08/2020

94. Assinatura do declarante: [Assinatura]

95. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 96. Data de assinatura: 26/08/2020

97. Assinatura do declarante: [Assinatura]

98. Nome do declarante: JOSE DA SILVA 99. Data de assinatura: 26/08/2020



100. Assinatura do declarante: [Assinatura]


Digitalizada com CamScanner





ANEXO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 075.3.20.01157/01
			Data de emissão: 26/08/2020
Nº do Processo: 0801890-27.2020.815.0751	Comarca: Bayeux	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2020
Número da 075.2020.601157 Tipo da Custas Iniciais			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente JOSICLEIDE DA SILVA VICENTE; ELLENA VITORIA			Parcela: 1/1
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Valor total: R\$ 1.239,45
Valor da causa: R\$ 13.500,00			Desconto total: R\$ 0,00
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866900000120 394509283187 520200831078 532001157017 			Valor final: R\$ 1.239,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 075.3.20.01157/01
			Data de emissão: 26/08/2020
Nº do Processo: 0801890-27.2020.815.0751	Comarca: Bayeux	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2020
Número da 075.2020.601157 Tipo de Custas Iniciais			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente JOSICLEIDE DA SILVA VICENTE; ELLENA VITORIA MELO DE			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.;			Parcela: 1/1
Valor da causa: R\$ 13.500,00			Valor total: R\$ 1.239,45
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.239,45

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 075.3.20.01157/01
			Data de emissão: 26/08/2020
Nº do Processo: 0801890-27.2020.815.0751	Comarca: Bayeux	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/08/2020
Número da 075.2020.601157 Tipo de Custas Iniciais			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Promovente JOSICLEIDE DA SILVA VICENTE; ELLENA VITORIA			Parcela: 1/1
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Valor total: R\$ 1.239,45
Valor da causa: R\$ 13.500,00			Desconto total: R\$ 0,00
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866900000120 394509283187 520200831078 532001157017 			Valor final: R\$ 1.239,45





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista da Comarca de Bayeux

Ação Ordinária nº	0801890-27.2020.8.15.0751
Promovente(s)	AUTOR: E. V. M. D. O. REPRESENTANTE: RENATA CEZAR DE MELO
Promovido(s)	REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S . A . Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S . A . Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DESPACHO/ MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO¹

Vistos, etc.

Valendo esta decisão como carta de citação e intimação, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba:

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC¹ e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

5. Após, autos conclusos para análise do feito.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E OS DEMAIS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL, ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	20082611263802800000032172049
PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos	20082611263868100000032172050
PROCURAÇÃO	Procuração	20082611263910000000032172053
DOCUMENTOS ELLENA VITÓRIA	Outros Documentos	20082611263945300000032172056
DOCUMENTOS REPRESENTANTE	Outros Documentos	20082611263972600000032172059
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos	20082611264002900000032172061
CERTIDÃO DE ÓBITO E LAUDO DO IML	Outros Documentos	20082611264026200000032172928
Outros Documentos	Outros Documentos	20082611301897700000032172948
GuiaCustas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas	20082611301916000000032172951

Cumpra-se

Bayeux - PB, data e assinatura digitais.

1 Código de Normas da CGJ/PB: (...) Art. 108. Fica autorizado o uso do despacho como carta citação/notificação/intimação/precatória/ofício pelos magistrados do primeiro grau de jurisdição, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva, automaticamente, de instrumento para citação, intimação, notificação, depreciação ou ofício.



Certifico que citei eletronicamente a parte promovida nesta data.

